



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2018
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23107.013274/2017-22)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Acre, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário – BR 364, KM 04, Bairro Distrito Industrial, CEP: 69.920-900, através de seu Pregoeiro, e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria Nº 519, de 23 de fevereiro de 2017, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 03/09/2018.

Horário: às 11h00min (horário oficial de Brasília).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

UASG: 154044.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs, para atender as necessidades do Setor de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



- 5.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1.** Valor unitário;
- 5.6.2.** A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
- 5.6.2.1.** Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
- 5.6.3.** Marca;
- 5.6.4.** Fabricante;
- 5.6.5.** Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



- 6.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 6.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento).
- 6.7.1.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- 6.7.2.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.8.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.1.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.9.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.16. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.16.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.

7.3. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.8. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. Habilitação jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



8.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



8.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes **preferencialmente via Comprasnet, e apenas quando não for possível fazê-lo pelo Comprasnet, via e-mail licitacao.ufac@gmail.com ou pregao@ufac.br**, no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via e-mail;

8.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

13. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

13.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$I = 0,00016438$$

$$365$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



- 17.1.5.** Não manter a proposta;
- 17.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 17.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 17.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 17.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 17.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.8.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.ufac@gmail.com, pelo fax (68) 3229-7288, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Campus Universitário, BR 364, KM 04, SALA 19, Bloco Senador José Guimard dos Santos (Reitoria), Rio Branco-AC, CEP 69920-900.
- 18.3.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 18.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



Campus Universitário, BR 364, KM 04, SALA 19 - CPL, Bloco Senador José Guimard dos Santos (Reitoria), Rio Branco-AC, CEP 69920-900, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.10.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**
- 19.10.2. ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**
- 19.10.3. ANEXO III – ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**
- 19.10.4. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Rio Branco – Acre, 10 de agosto de 2018.

Jânio da Cunha Bastos
Pregoeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO: Nº 23107.013274/2017-22

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
TERMO DE REFERÊNCIA 06/2018**

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência refere-se à **aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs**, para atender as necessidades do Setor de Segurança e Saúde no Trabalho - SSST, conforme especificações e condições estabelecidas neste termo, a ser realizada por meio de licitação, modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (Art. 3º, inciso II - Decreto 7.892/2013).

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se esta aquisição para o Setor de Segurança e Saúde no Trabalho, pois a Universidade, diante de sua responsabilidade na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, tem que fornecer gratuitamente o Equipamento de Proteção Individual – EPI adequado à atividade do servidor, e ao tipo de risco o qual esteja exposto, com Certificado de Aprovação (CA), quando as medidas de proteção coletivas não forem eficientes.

2.2 O quantitativo informado, tem como base o número de servidores, conforme solicitações, para atender a demanda do exercício do ano de 2017.

2.3 A aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica em razão da substituição gradativa dos materiais, atendendo a diversos setores da IFES, atendendo aos dispositivos de segurança do trabalho.

2.4 Motiva-se ainda a presente adoção de SRP com fundamento no Acórdão nº. 2.401/2006 – Plenário, em especial no argumento de que “as cotações registradas poderão dar ensejo a contratações de outros integrantes da Administração Pública”.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1 Os bens materiais a serem adquiridos elencados no processo em tela são de natureza comum, nos termos do Art. 1.º da Lei n.º 10.520/02.

4. ESTIMATIVA DE CUSTOS:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | V. UNIT. R\$ | V. TOTAL R\$ |
|-----------------|---|-------|--------|-----------------|-----------------|
| Grupo 01 | | | | | |
| 01 | Avental de raspa de couro - Avental de segurança confeccionado em raspa, tiras de elástico nas costas, tiras na cintura afixadas por costuras reforçadas, raspa para ajustes, costurado em linha de algodão; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Unid. | 20 | 25,23 | 504,60 |
| 02 | Avental de PVC forrado - Avental de segurança confeccionado em PVC com forro de poliéster, tiras soldadas eletronicamente, sendo uma no pescoço e duas na cintura com fivela plástica para fechamento, acabamento nas laterais por solda eletrônica. 1,20m | Unid. | 38 | 11,40 | 433,20 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|-----------------------------|---|-------|----|-------|-----------------|
| | de comprimento por 70 cm de largura. Cor: Amarela. Tamanho M (26 unidades) e G (12 unidades). | | | | |
| 03 | Munhequeira - Munhequeira ajustável; unissex; material em poliamida; composição: cloropreno revestido de 100% Poliamida; dimensões aproximadas: (35cmx11cmx3cm); ambidestra; indicada para o punho. Tamanho único. | Unid. | 50 | 31,32 | 1.566,00 |
| 04 | Perneira em raspa de couro - Perneira de Raspa com Velcro, confeccionada em raspa de couro bovino curtido ao cromo, com revestimento interno em grafatex, costurado com fio 100% algodão ou aramida, com fechamento das pernas e peito dos pés com velcro. Espessura média de 1,50 mm e gramatura 0,0815 gramas/cm ² ou 0,815 kg/m ² ; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Par | 20 | 21,20 | 424,00 |
| 05 | Capacete - Capacete classe B, tipo II, injetado em polietileno, com sistema de suspensão com carneira e coroas em polietileno, polipropileno tipo separáveis, carneira fixada ao casco através de oito pontos de fixação, regulagem de tamanho por pino, com tira absorvente de suor em poliuretano e couro sintético; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 50 | 38,63 | 1.931,50 |
| 06 | Capacete aba total completo com jugular para eletricista - Capacete de segurança, classe b, tipo I, com aba total, copa lisa e injetada em polietileno de alta densidade. Suspensão em peça única: injetada em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma e regulagem por dentes. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO e deve ser aprovado para proteção do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 10 | 28,25 | 282,50 |
| 07 | Protetor facial com visor incolor - Protetor Facial composto de um suporte de material plástico rígido amarelo, que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende até a parte lateral da cabeça, e um visor de policarbonato incolor, com cerca de 250 mm de largura e 185 mm de altura. O visor é preso ao suporte amarelo por meio de quatro pinos plásticos móveis e um fixo. As extremidades do suporte amarelo são fixadas na carneira e coroa de material plástico preto por meio de dois parafusos metálicos. O visor possui borda de material plástico preto fixado em todo o contorno. O tamanho da carneira é regulável através de catraca. A parte frontal da carneira é recoberta com uma espuma para absorção de suor; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 10 | 23,72 | 237,20 |
| 08 | Vestimenta tipo capa - Capa de Segurança confeccionada em PVC com forro de poliéster, com mangas, capuz conjugado, fechamento frontal por meio de botões, fechamento das costuras através de solda eletrônica; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Unid. | 10 | 32,07 | 320,70 |
| V. Total do Grupo 01 | | | | | 5.699,70 |
| Grupo 02 | | | | | |
| 09 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 35 . | Par | 05 | 73,39 | 366,95 |
| 10 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 36 . | Par | 05 | 73,39 | 366,95 |
| 11 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com | Par | 05 | 73,39 | 366,95 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|----|---|-----|----|-------|----------|
| | propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 37. | | | | |
| 12 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 38. | Par | 10 | 73,39 | 733,90 |
| 13 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 39. | Par | 20 | 73,39 | 1.467,80 |
| 14 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 40. | Par | 40 | 73,39 | 2.935,60 |
| 15 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 41. | Par | 15 | 73,39 | 1.100,85 |
| 16 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 42. | Par | 20 | 73,39 | 1.467,80 |
| 17 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 43. | Par | 05 | 73,39 | 366,95 |
| 18 | Calçado tipo botina - Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro na cor preta, curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bi densidade com propriedades antiderrapantes injetados diretamente no cabedal, resistente à absorção de energia na região do salto e ao óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 44. | Par | 05 | 73,39 | 366,95 |
| 19 | Calçado tipo botina para eletricista - Calçado de segurança tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo na cor preta, palmilha de montagem em fibras não metálicas resistente à perfuração costurada pelo sistema strobel, forro em material não tecido na cor cinza, solado em | Par | 05 | 84,93 | 424,65 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|----|--|-------|----|--------|----------|
| | poliuretano bi densidade injetado diretamente no cabedal, biqueira de composite, resistente ao óleo combustível, à passagem de corrente elétrica e à absorção de energia no calcanhar. Atende a NR 10 - Sem componentes metálicos; Proteção Elétrica e Mecânica; Biqueira: Leve, antimagnética, anticorrosiva e ultra resistente; palmilha resistente à perfuração; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 40. | | | | |
| 20 | Calçado tipo botina para electricista - Calçado de segurança tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo na cor preta, palmilha de montagem em fibras não metálicas resistente à perfuração costurada no sistema strobel, forro em material não tecido na cor cinza, solado em poliuretano bi densidade injetado diretamente no cabedal, biqueira de composite, resistente ao óleo combustível, à passagem de corrente elétrica e à absorção de energia no calcanhar. Atende a NR 10 - Sem componentes metálicos; Proteção Elétrica e Mecânica; Biqueira: Leve, antimagnética, anticorrosiva e ultra resistente; palmilha resistente à perfuração; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 41. | Par | 05 | 84,93 | 424,65 |
| 21 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 34. | Par | 05 | 38,33 | 191,65 |
| 22 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 35. | Par | 05 | 38,33 | 191,65 |
| 23 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 36. | Par | 10 | 38,33 | 383,30 |
| 24 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 37. | Par | 05 | 38,33 | 191,65 |
| 25 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 38. | Par | 10 | 38,33 | 383,30 |
| 26 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 39. | Par | 15 | 38,33 | 574,95 |
| 27 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 40. | Par | 05 | 38,33 | 191,65 |
| 28 | Calçado tipo bota de PVC de cano longo - Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota PVC cano longo, impermeável, inteiro polimérico; confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sem biqueira, propriedades antiderrapantes, resistência a óleo combustível; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho: Nº 41. | Par | 05 | 38,33 | 191,65 |
| 29 | Calça para electricista com refletivo - Calça de segurança confeccionada em tecido Uniforte FR 100% algodão, ATPV 11.3 cal/cm2, com gramatura de 8,0 oz/yz2 (270 g/m2). Com faixas | Unid. | 10 | 145,00 | 1.450,00 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|-----------------------------|--|-------|----|--------|------------------|
| | refletivas retardantes a chama (antichama); Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Cor: cinza; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | | | | |
| 30 | Camisa para eletricista com refletivo - Camisa de segurança confeccionada em tecido Uniforte FR, sarja 3/1, com composição 100% algodão, com gramatura nominal de 8,0 oz/yd2 (270 g/m2). Com faixas refletivas retardantes a chama (antichama); fechamento frontal em botões; mangas longas com fechamento em botão no punho; gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; bolso superior esquerdo, apresenta tampa, fechamento com botão; costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis; ATPV 11,3 cal/cm2; costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Cor: cinza; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Unid. | 10 | 136,33 | 1.363,30 |
| 31 | Conjunto profissional em brim - Camisa com fechamento em botão ou gola italiana, manga curta ou manga longa, com um bolso na altura do peito. Calça com meio cós e meio elástico, com dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros. Cor: Cinza. Tamanho G. | Unid. | 05 | 165,67 | 828,35 |
| 32 | Macacão para saneamento com botas e luvas - Macacão de Segurança Impermeável confeccionado em PVC 045 dupla face com tramas em náilon. Possui capuz acoplado, fechamento frontal primário por zíper e fechamento secundário em pala com quatro botões de pressão plásticos; Espessura de 0,40 a 0,42 rum; Possui uma bolsa interna do tipo "canguru", luvas e botas de PVC, acopladas através de solda eletrônica. Cor: Amarelo. Bota de numeração 40; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Unid. | 05 | 276,33 | 1.381,65 |
| 33 | Capuz/Boné árabe/Ablacave/Touca turca - Capuz de segurança, confeccionado em helanca (tecido de poliéster), com aba e fechamento frontal. Tamanho G | Unid. | 05 | 15,33 | 76,65 |
| V. Total do Grupo 02 | | | | | 17.789,75 |
| Grupo 03 | | | | | |
| 34 | Cinto de segurança tipo paraquedista antichamas e dielétrico - Cinturão de segurança, tipo abdominal e paraquedista, confeccionado em cadarço de aramida, de 45mm de largura, dotado de quatro pontos de ancoragem, sendo dois em aço forjado, tipo argola "D", localizados no dorso e duas argolas laterais na altura da cintura para posicionamento, acompanhado de faixa lombar, um frontal, na altura do peito, e o outro nos ombros, confeccionados em cadarço de aramida, com regulagem nas pernas, tronco e peito, através de fivelas duplas de aço com passantes em tecido para melhor ajuste. Versão com todas as fivelas de ajustes e pontos de ancoragem em material dielétrico. O cinturão pode ser utilizado com os talabartes e travaquedas: 1) Talabartes contra queda de altura - STF-CQTL0435; STF-CQTL0235; STF-CQTL0237; STF-CQTL0231; STF-CQTL0255; STF-CQTL0335; STF-CQTL0135; 2) Talabartes de segurança para posicionamento e restrição - STF-CQTL0548; STF-CQTL0148; 3) Travaquedas - STF-CQTQ0468; STF-CQTQ0471; STF-CQTQ0473; STF-CQTQ0173; STF-CQTQ0176; STF-CQTQ0472; STF-CQTQ0562; STF-TW0453. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 07 | 330,00 | 2.310,00 |
| 35 | Cinturão abdominal para eletricista - Cinturão confeccionado em fita poliéster; Revestimento em espuma; 02 meia-argola; Porta-ferramentas; 01 fivela dupla para ajuste; Medida: 90 mm de largura; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 10 | 132,28 | 1.322,80 |
| 36 | Cinturão de segurança com talabarte - Cinturão de segurança tipo paraquedista/abdominal, confeccionado em fita de poliéster multifilamentos de 45 mm e fita secundária de poliéster de 25 mm. Possui quatro pontos de conexão, sendo um ponto peitoral por meio de duas alças para engate simultâneo de ancoragem em poliéster, uma meia argola dorsal em aço e duas meias argolas laterais de aço como pontos de conexão para posicionamento na cintura. Possui cinco fivelas duplas em aço, sendo duas para | Unid. | 10 | 151,00 | 1.510,00 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|-----------------------------|--|-------|----|----------|------------------|
| | regulagem peitoral, duas para regulagem das coxas e uma para regulagem na cintura. Com almofada na cintura, altura de 110 mm e 740 mm de comprimento; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | | | | |
| 37 | Trava quedas retrátil - Trava-quedas retrátil com fita de poliéster de 25 mm de largura e 10 metros de comprimento. O sistema de mola em aço inoxidável e duplo freio independente são acionados através de força centrífuga. Possui um olhai giratório superior para colocação de conector para o engate ao ponto de ancoragem. Na extremidade do cabo de aço é colocado um conector tipo gancho com dupla trava, com indicador de impacto; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 04 | 2.392,63 | 9.570,52 |
| V. Total do Grupo 03 | | | | | 14.713,32 |
| Grupo 04 | | | | | |
| 38 | Luvras de proteção contra vibrações - Luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento palmar, pontas e face palmar dos dedos em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Punho: Tricotado. Cor: preta; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Par | 05 | 132,78 | 663,90 |
| 39 | Luvras de vaqueta punho curto - Luva de segurança, cinco dedos, com palma e dorso confeccionados em couro, espessura 8/10 linhas, modelo petroleira, possui reforço interno na costura do dedo polegar com a palma e na palma. Possui elástico para ajuste do dorso e acabamento em material têxtil na borda do punho; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Par | 05 | 22,95 | 114,75 |
| 40 | Luvras de malha revestimento em látex nitrílico - Luva de Segurança tricotada com fios de poliamida cinza; revestida na palma com látex nitrílico. O revestimento de palma em nitrílica oferece resistência mecânica e impermeabilidade no manuseio de materiais impregnados com óleos e graxas; livres de costuras, anatômicas, flexíveis e excelente tato; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Par | 10 | 9,47 | 94,70 |
| 41 | Luvras tricotadas 4 fios pigmentada - Luva de segurança tricotada em quatro fios de algodão, pigmentos antiderrapantes de PVC na palma e face palmar dos dedos; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Par | 30 | 3,50 | 105,00 |
| 42 | Luvras em borracha nitrílica - Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, sem revestimento interno em flocos de algodão, punho com acabamento reto, antiderrapante com acabamento tipo diamante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos: M (12 pares) e G (8 pares). | Par | 20 | 8,64 | 172,80 |
| 43 | Luvras de segurança - Luva de segurança confeccionada em tecido de algodão tipo suedine, com punho elástico, banho em látex nitrílico em 3/4 na mão, recobrindo totalmente a palma e ponta dos dedos. Dorso ventilado. Aprovado para mãos do usuário contra agentes, escoriantes, cortantes e perfurante; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Par | 15 | 9,47 | 142,05 |
| 44 | Luvras de raspa de couro punho longo - Luva de Segurança confeccionada em raspa; tira de reforço externo em raspa entre os dedos polegar e indicador; reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, punhos de 30 cm; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos: M (6 pares) e G (6 pares). | Par | 15 | 15,00 | 225,00 |
| 45 | Luvras profissionais para carpinteiro - Luvras de Segurança com 3 dedos vazados para garantir sensibilidade para pegar pregos, lápis e sentir o acabamento, alta durabilidade devido ao seu reforço externo em nylon, possui regulagem nos pulsos, tecido neoprene: impermeável e antitranspirante, dimensões: comprimento 230mm; largura 170 mm; altura: 10 mm; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | Par | 05 | 180,83 | 904,15 |
| 46 | Luvras de borracha isolante para eletricista - Luva de segurança isolante de borracha, Tipo II, classe 1. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho M. | Par | 20 | 218,50 | 4.370,00 |
| 47 | Luvras de cobertura de vaqueta para eletricista - Confeccionada em couro bovino curtido ao cromo e vaqueta, com palma, dorso e dedos em vaqueta, com punho de raspa, | Par | 20 | 31,26 | 625,20 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|-----------------------------|---|-------|-------|--------|-----------------|
| | acabamento em viés vermelho, tira para regulagem no dorso com espessura média da raspa em 1,50 mm e espessura média da vaqueta em 1,10 mm, com gramatura 0,0815 gramas/cm2 ou 0,815 kg/m2 costurada com algodão; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho G. | | | | |
| V. Total do Grupo 04 | | | | | 7.417,55 |
| Grupo 05 | | | | | |
| 48 | Óculos de segurança - Óculos de segurança, com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com meia borda na parte superior e proteção lateral, apoio nasal e hastes tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material da armação, possuem 06 (seis) fendas para ventilação indireta e são fixas à armação através de pinos plásticos; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 150 | 8,50 | 1.275,00 |
| 49 | Óculos de segurança - Óculos de segurança, constituídos de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com meia proteção nas bordas superiores e proteção lateral e apoio nasal confeccionados do mesmo material e injetados na mesma peça. As hastes tipo espátula são confeccionadas de material plástico preto e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com uma das extremidades fixadas ao visor por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades e que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho. Proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. | Unid. | 50 | 7,93 | 396,50 |
| 50 | Óculos de segurança - Óculos de segurança constituído de um arco de material plástico na cor preta; com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato incolor; com apoio nasal e proteção lateral injetada do mesmo material; com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco; o arco deve possuir borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas; as hastes deverão ser confeccionadas do mesmo material do arco e ser compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com umas das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades da semi-haste anterior e que permite o ajuste do tamanho; Deve possuir um suporte metálico que se encaixa na borda superior do visor e pode ser utilizado para a colocação de lentes convencionais; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. | Unid. | 40 | 7,50 | 300,00 |
| 51 | Óculos plumbífero - Com armação em acrílico e lentes de vidro plumbífero, com proteção frontal de 0,75 mmPb. | Unid. | 05 | 815,89 | 4.079,45 |
| V. Total do Grupo 05 | | | | | 6.050,95 |
| Grupo 06 | | | | | |
| 52 | Máscara respiratória semifacial PFF2 sem válvula - Respirador semifacial; peça facial filtrante; confeccionado em camadas filtrantes de fibras sintéticas tratadas eletrostaticamente; ajuste automático a face do usuário com clips nasal; cor azul; do tipo dobrável; classe PFF2; sem válvula de exalação; com 2 (dois) tirantes em látex e 4 (quatro) pontos de fixação; com acabamento soldado eletronicamente; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. | Unid. | 2.000 | 2,51 | 5.020,00 |
| 53 | Respirador purificador de ar tipo peça semi-facial filtrante para partículas PFF1 - Respirador purificador de ar tipo peça semi-facial filtrante para partículas, classe PFF1 (S), modelo dobrável, sem válvula de exalação e solda ultrassônica em todo o seu perímetro. Cor: azul. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 150 | 2,21 | 331,50 |
| 54 | Respirador purificador de ar tipo peça semi-facial filtrante para partículas PFF2 - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas PFF2, classe S, confeccionada em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibra sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático; camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste sobre o septo nasal e válvula de exalação; Este | Unid. | 600 | 2,70 | 1.620,00 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



| | | | | | |
|----------------------------------|--|-------|-----|--------|------------------|
| | equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | | | | |
| 55 | Respirador purificador de ar tipo peça semi-facial filtrante para partículas PFF2 (carvão sem válvula) - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF2 (S), modelo dobrável, com válvula de exalação, camada interna impregnada com carvão ativo e solda ultrassônica em todo o perímetro. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Equipamento com aplicação na pintura, aprovado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e odores de vapores orgânicos; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 100 | 4,69 | 469,00 |
| V. Total do Grupo 06 | | | | | 7.440,50 |
| Grupo 07 | | | | | |
| 56 | Protetor auricular tipo concha - Protetor auditivo do tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior. Possui uma haste em plástico rígido que sustenta as conchas; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 15 | 25,88 | 388,20 |
| 57 | Protetor auditivo tipo plug - Protetor auditivo, confeccionado em silicone grau farmacêutico, tipo inserção, composto de um eixo com três flanges, onde a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, em cujo eixo contém um orifício até o seu interior, com cordão de silicone. Cor: salmão; com CA válido expedido pelo Ministério do Trabalho. Tamanho único. | Unid. | 120 | 2,39 | 286,80 |
| V. Total do Grupo 07 | | | | | 675,00 |
| Grupo 08 | | | | | |
| 58 | Avental descartável - Avental descartável frontal; manga longa; punho em látex; confeccionado em TNT, fabricado em 100% polipropileno; gramatura 20; Atóxico. Pacote com 10 unidades. | Pct. | 168 | 29,75 | 4.998,00 |
| 59 | Touca descartável TNT - Cor branca; com elástico; unissex; confeccionada em TNT (Não Tecido). Caixa com 100 unidades. | Cx. | 40 | 15,00 | 600,00 |
| 60 | Pro pé - Sapatilha Pro pé; cor branca; tipo soldado; fabricada em 100% polipropileno; Material descartável; Atóxico. Caixa com 100 unidades. | Cx. | 40 | 16,15 | 646,00 |
| 61 | Jalecos - em algodão, sendo 10 de tamanho médio e 10 de tamanho grande. | Unid. | 20 | 33,98 | 679,60 |
| 62 | Jalecos descartáveis – Manga longa, pacote com 10 unidades. | Pct. | 04 | 17,63 | 70,52 |
| V. Total do Grupo 08 | | | | | 6.994,12 |
| Itens Avulsos | | | | | |
| 63 | Creme protetor 200 gramas - Creme protetor para proteção das mãos e pele contra: óleo, graxa, tintas, solventes, colas, pó de cimento seco; grupo II óleo; composição do grupo II sem silicone e abrasivos, sem conter qualquer componente prejudicial à saúde, embalagem em bisnaga de 200 gramas; com CA válido, expedido pelo Ministério do Trabalho. | Unid. | 08 | 16,65 | 133,20 |
| 64 | Protetor solar UV FPS 60 com repelente de insetos - Formulação Oil free, ou seja, não oleosa, proporcionando maior conforto na sua utilização; PABA Free, não utiliza este filtro químico; Água-resistente (40 minutos - resistência à água); Proteção UVB: FPS 60; Proteção UVA: FP - UVA 25; Hipoalergênico; Frasco plástico com 120g. Produto registrado na ANVISA como uso profissional. Tamanho único. | Unid. | 282 | 16,16 | 4.557,12 |
| 65 | Álcool em gel – Álcool em gel 70 para a higienização das mãos e equipamentos, 500 ml | Unid. | 25 | 14,77 | 369,25 |
| 66 | Escada portátil - Fabricada em alumínio de alta resistência; altura de 2,20 metros; leve e dobrável; com sapata emborrachada que impede a movimentação involuntária até em superfícies mais lisas; com 7 (sete) degraus estriados e duplos; com limitador de abertura tipo compasso; capacidade de carga de 120 kg. | Unid. | 05 | 206,67 | 1.033,35 |
| V. Total do Itens Avulsos | | | | | 6.092,92 |
| Soma Total | | | | | 72.873,81 |

5. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA COMPRA

5.1 O valor estimado para fazer frente à despesa terá custo total de R\$ **72.873,81** (setenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



5.2 A previsão de recursos necessários para a aquisição dos materiais está contemplada no orçamento na programação orçamentária do exercício de 2018 da Universidade Federal do Acre.

6. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

6.1 Os itens do processo em tela classificam-se no elemento de despesa: **33.90.30.28** - Material de Consumo: Material de Proteção e Segurança, exceto os seguintes materiais:

6.1.1 Itens 08, 29, 30, 31, 32 (**33.90.30.23** – Material de Consumo: Uniformes, tecidos e aviamentos), Item 65 (**33.90.30.22** – Material de Limpeza e Produtos de higienização) e Item 66 (**44.90.52.12** – Material Permanente: Aparelhos e utensílios domésticos).

7. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A adjudicatária deverá entregar os materiais no seguinte endereço:

7.1.1 Almoxarifado Central da **Universidade Federal do Acre – UFAC (Campus Rio Branco)**: BR 364, Km 04 - Distrito Industrial, Caixa Postal 500 - CEP: 69.920-900 Rio Branco - Acre, telefone (68) 3901-2556 ou em local que esta IFES venha a especificar, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

7.2 Os empenhos serão emitidos de acordo com a necessidade da Instituição e a ENTREGA do material deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias corridos a partir do RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE ENTREGA pela licitante vencedora.

8. DA ADESÃO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 A adesão à ata por órgãos não participantes seguirá o seguinte procedimento:

8.2 Poderá utilizar-se da Ata de Registros de Preços, ainda qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666/93.

8.2.1 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.2.2 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.2.3 As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir a Ata.

8.2.4 Após a autorização do órgão gerenciador, caberá ao órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observando-se o prazo de vigência da ata.

8.2.5 Cabe ao órgão não participante realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento por parte do fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das cláusulas contratuais relativas às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciado.

8.2.6 Faculta-se aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a esta ata de registro de preços.

8.2.7 Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se de que a contratação atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

9.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1 Como condição para aquisição do objeto deste termo referência, a licitante vencedora deverá manter as seguintes condições de habilitação exigidas na licitação, até a emissão da nota de empenho e ordem bancária:

9.1.1.1 SICAF atualizado;

9.1.1.2 Nada Consta do Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparência.gov.br/ceis);

9.1.1.3 Nada Consta da Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.2 Permitir o acompanhamento e fiscalização por servidor da UFAC, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais, para fins de pagamento, conforme art. 67 da Lei 8666/93;

9.1.3 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da Contratante ou a terceiro por dolo ou culpa, decorrente da entrega do objeto;

9.1.4 Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo, tais como custos com frete e montagem, quando for o caso;

9.1.5 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais da contratação;

9.1.6 Não repassar para outros a responsabilidade do cumprimento do objeto licitado,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



ficando vedada, inclusive, qualquer subcontratação, mesmo que parcialmente;

9.1.7 Entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com as especificações deste termo de referência e de acordo com as propostas apresentadas;

9.1.8 Se em caso de força maior a entrega não possa ser realizada no prazo especificado, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito a UFAC a ocorrência, indicando a data em que efetuará a entrega, não podendo esse adiamento ser superior a 10 (dez) dias corridos;

9.1.9 Responder por todo o ônus decorrente do objeto licitado.

9.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.1 Efetuar o pagamento devido à(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, no prazo estabelecido neste termo de referência;

9.2.2 Fornecer à(s) licitante(s) vencedora(s) do certame todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

9.2.3 Manter arquivada junto ao processo administrativo toda a documentação referente ao mesmo;

9.2.4 A UFAC pagará à(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, através de ordem bancária, o valor correspondente ao preço constante na proposta adjudicada, após a entrega completa do objeto em adequadas condições de uso, ou conforme fornecimento nos casos de registro de preço, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo representante da Universidade Federal do Acre.

10. INFORMAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

10.1 O fornecimento do material licitado será acompanhado e fiscalizado pela Diretoria de Material e Patrimônio da Universidade Federal do Acre, ou por quem esta designar;

10.2 A fiscalização de que trata este subitem não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Universidade Federal do Acre ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou propostos.

11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1.1 O objeto licitado será recebido da seguinte forma:

11.1.1.1 Provisoriamente. O recebimento provisório ocorrerá no ato entrega do material, acompanhados das respectivas notas fiscais, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o art. 73, inciso II, alínea 'a' da Lei 8.666/1993;

11.1.1.2 Definitivamente. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do material, desde que esteja totalmente de acordo com o estabelecido neste termo de referência.

11.1.2 Dado o recebimento definitivo, a Diretoria de Material e Patrimônio ou quem por esta designada atestará a nota fiscal e encaminhará para pagamento;

11.1.3 No texto da nota fiscal deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as quantidades, a marca e o modelo do bem, os valores unitários e o total, o número do pregão que deu origem à aquisição e o número da nota de empenho;

11.1.4 Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até que sejam sanadas as irregularidades, não podendo a contratada, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da contratada, não incidirá sobre a UFAC qualquer ônus, inclusive financeiro;

11.1.5 A contratada terá até 5 (cinco) dias úteis para sanar as pendências que desaprovem o recebimento definitivo do objeto licitado, sendo responsável por todo o ônus para a sua correção.

11.2 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.2.1 A Universidade Federal do Acre efetuará o pagamento do objeto licitado em até 30 (trinta) dias de seu recebimento definitivo, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária na conta corrente indicada pela contratada, conforme Art. 40, Inciso XIV, alínea 'a' da Lei 8.666/1993;

11.2.2 Como condição para o pagamento, a contratada deverá possuir, na data de emissão da nota de empenho e ordem bancária, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

12. SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 Fraudar na execução do contrato;

12.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 Cometer fraude fiscal;

12.1.6 Não mantiver a proposta.

12.1.7 Não assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços;

12.1.8 Deixar de entregar documentação exigida no Edital;

12.1.9 Apresentar documentação falsa;

12.1.10 Apresentar declaração falsa.

12.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018**



12.2.2 Multa moratória diária de 0,05%, sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado podendo alcançar o máximo de 10%;

12.2.3 Multa compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio Branco – Acre, 06 de março de 2018.

Luciano de Souza Ferreira
Diretor de Material e Patrimônio
Portaria nº 1029/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Universidade Federal do Acre, com sede no Campus Universitário – BR 364, KM 04, Bairro Distrito Industrial, na cidade de Rio Branco, CEP: 69.920-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | |
|---|-----------|---------|--------|--------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. | R\$ UNITÁRIA | R\$ TOTAL |
| | | | | | |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 000,00 |

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do (a), não podendo ser prorrogada.



4. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.6.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.8.1. Por razão de interesse público; ou
- 4.8.2. A pedido do fornecedor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Rio Branco – Acre, XX de XXXXXXXX de 2018.

Assinaturas:

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



ANEXO III – ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DO CADASTRO DE RESERVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ATA DO CADASTRO DE RESERVA

N.º

A Universidade Federal do Acre, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, **nº 8.250, de 23 de maio de 2014**, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado (s) no (s) item (ns)..... Do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CADASTRO DE RESERVA

2.1. Registro dos licitantes que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | |
|---|-----------|---------|--------|--------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. | R\$ UNITÁRIA | R\$ TOTAL |
| | | | | | |
| | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 000,00 |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º .../2018, instaurado pela Universidade Federal do Acre - UFAC, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2018.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: